



Índice

- 01** 'Impossível', diz Governo sobre pedido dos índios
- 02** Relatório da Embrapa desmente laudos da Funai que pedem demarcação de terras
- 03** Governo estuda interromper criação de reservas indígenas
- 04** Prefeitos querem parar estudos antropológicos de terras demarcadas
- 05** Lideranças denunciam descaso da SEDUC com educação indígena e afirmam que secretária Isabel Luz é ditadora
- 06** "Povos Indígenas e Justiça" é tema de Painel promovido pelo Departamento de Ciências Sociais e a Escola Superior de Advocacia da OAB
- 07** Denúncia de aplicação de métodos anticoncepcionais sem anuência da comunidade indígena Maxakali
- 08** Nota do povo Munduruku sobre violação do seu território sagrado no Pará
- 09** Piscicultura: Sedam agiliza processo de licenciamento para indígenas
- 10** Coisa de índio?
- 11** Corumbá intensifica vacinação contra gripe. Campanha vai até sexta
- 12** Índios da aldeia Limão Verde reivindicam Casa do Artesão indígena



'Impossível', diz Governo sobre pedido dos índios

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 07.05.2013

Através de uma publicação no site oficial, a Secretaria-Geral da Presidência da República criticou a ação das tribos indígenas que ocupam as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, desde quinta-feira (2). Cerca de 200 índios permanecem no local em protesto contra a construção de barragens nos Rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. Eles não pretendem sair da área.

O Governo Federal prometeu negociar com os manifestantes na presença da imprensa, apesar de a Justiça Estadual ter expulsado três profissionais da comunicação para impedir a cobertura jornalística da ocupação do canteiro de obras da usina.

Os índios reivindicam a regulamentação da consulta prévia e a suspensão imediata de todas as obras, além de exigência de estudos relacionados às barragens nos rios. Porém, o Governo considera o pedido como impossível. "A consulta prévia exige a realização anterior de estudos técnicos qualificados. Se essas autodenominadas lideranças não querem os estudos, como podem querer a consulta?", questiona um trecho da nota.

Em contrapartida, os índios acusam as autoridades de perder o juízo. "O governo está completamente desesperado. Não sabe o que fazer com a gente. Nós estamos em seu canteiro e não iremos sair enquanto vocês não saírem das nossas aldeias", avisam os indígenas.

Na publicação no site, a Secretaria-Geral afirma que diversos indígenas estariam praticando garimpo ilegal na Bacia do Rio Tapajós, possuindo balsas que valem em torno de R\$ 1 milhão. A Secretaria também acusa alguns indígenas de cobrar pedágio dos garimpeiros. A prática daria um lucro de R\$ 40 mil por mês para permitir a extração ilegal de ouro na região.

As lideranças indígenas só aceitam negociar diretamente com um representante da Secretaria-Geral da Presidência da República. Para o Governo, a reivindicação causa estranheza. "Essas pretensas lideranças Munduruku têm feito propostas contraditórias e se conduzido sem a honestidade necessária a qualquer negociação", critica.

O Governo Federal acusa os índios de sequestrar e ameaçar de morte nove funcionários da República, em outubro de 2012, durante um diálogo na aldeia Teles Pires. Já em fevereiro deste ano, um grupo foi a Brasília (DF), mas se recusou a fazer uma reunião com o ministro Gilberto Carvalho.

No dia 25 de abril deste ano, os índios tinham uma reunião marcada com as autoridades, mas os manifestantes não apareceram e o encontro não aconteceu. "Tudo indica que o boicote à reunião foi uma manobra, infelizmente baseada na má fé, por parte dos indígenas que se colocaram como representantes do povo Munduruku".



Relatório da Embrapa desmente laudos da Funai que pedem demarcação de terras
SÍTIO REGIÃO NEWS, 07.05.2013

Em outras, a presença de índios é inexistente. Foram usadas técnicas avançadas, que incluem imagens de satélite para elaboração do documento.

A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) produziu relatório em que demonstra que as ocupações indígenas em áreas a serem demarcadas são recentes. O documento desbanca os laudos antropológicos emitidos pela Funai (Fundação Nacional do Índio), que pedem a criação de novas áreas indígenas baseado em estudos que atestam a ocupação antiga do território.

Os mesmos estudos levaram a Funai a assinar um CAC (Compromisso de Ajustamento de Conduta) junto ao Ministério Público Federal, que pretende criar 39 novas terras indígenas em Mato Grosso do Sul, o que impacta diretamente 28 municípios e aproximadamente 22% do território estadual.

O primeiro relatório produzido trata de 15 áreas do Paraná. Uma delas, chamada Tekoha Porã, em Guaíra (PR), aponta que a presença indígena no local data de 1990, depois que índios chegaram de Naviraí (MS). Em outras, a presença de índios é inexistente. Foram usadas técnicas avançadas, que incluem imagens de satélite para elaboração do documento.

Agora, terras de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio Grande do Sul passarão pelo mesmo procedimento. O relatório da Embrapa foi entregue à Casa Civil, que havia solicitado a elaboração do documento em fevereiro, depois que produtores rurais denunciaram à presidente Dilma Rousseff irregularidades na forma como os estudos antropológicos eram conduzidos.

A denúncia foi feita pela presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), em conjunto com a Famasul (Federação de Agricultura de MS), e federações dos outros estados com terras a serem demarcadas, durante feira agropecuária no Paraná. Na ocasião, Dilma pediu que a ministra Gleise Hoffmann, chefe da Casa Civil, apurasse as denúncias.

A assessoria de comunicação da Casa Civil afirma que Gleise solicitou ao Ministério da Justiça que suspendesse as demarcações, pelo menos até que as investigações fossem concluídas. Além da Embrapa, aguarda relatórios do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para prosseguir com as investigações.

Governo estuda interromper criação de reservas indígenas

SÍTIO ISTOÉ, 07.05.2013

Conflitos entre índios e produtores rurais motivou decisão, que a princípio será temporária



Os conflitos entre índios e produtores rurais motivou o governo federal a estudar a interrupção, mesmo que temporária, da criação de reservas indígenas em regiões de conflito. O pedido foi feito pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem está subordinada a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão federal responsável por estabelecer e executar a política indigenista brasileira, o que inclui a elaboração dos estudos antropológicos necessários à demarcação de novas terras indígenas.

Segundo a assessoria da Casa Civil, os estudos já elaborados pela Funai vão ser confrontados com levantamentos produzidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Outras instâncias do governo, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, também serão consultadas sobre os impactos da demarcação de novos territórios.

De acordo com a assessoria da Casa Civil, a Embrapa já concluiu a reanálise de estudos demarcatórios feitos pela Funai em 15 locais do oeste paranaense. Enquanto a Funai se manifestava a favor da demarcação das reservas, assegurando tratar-se de territórios tradicionais indígenas, mesmo elas estando, hoje, em regiões de grande produtividade rural, a Embrapa assinalou que a presença de índios nos locais é recente ou até mesmo inexistente.

A informação sobre a divergência entre as conclusões da Funai e da Embrapa foi divulgada pela Folha de S.Paulo. Procurada, a assessoria da Casa Civil não fez qualquer reparo à informação e acrescentou que a suspensão pode se estender também a áreas em estudo em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul.

CONT.



Em nota, o Ministério da Justiça informou ter recebido, da Casa Civil, ontem (6) a noite, o estudo que a Embrapa fez sobre a demarcação de terras indígenas no Paraná. Antes de tomar qualquer decisão sobre o assunto, o ministro José Eduardo Cardozo determinou que a consultoria jurídica da pasta examine a matéria.

Para o ex-presidente da Funai, o advogado Carlos Frederico Marés, a iniciativa do governo federal é inconstitucional e contraria os interesses indígenas. "É a Constituição Federal que diz claramente o que é uma terra indígena, não importando se elas são boas para agricultura ou não. Tecnicamente, compete à Funai, e apenas à Funai, avaliar se uma determinada área preenche os requisitos. Fazer os estudos e demarcar as áreas indígenas é uma determinação constitucional e não uma vontade do governo. Se o governo se nega ou demora demais para fazer isso, está infringindo a Constituição. Logicamente, envolver outros órgãos nesse processo vai retardar ainda mais a demarcação", disse Marés à Agência Brasil, acrescentando que é justamente nas áreas em que há conflitos que a rápida intervenção do governo e solução do problema é mais urgente.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, classificou a iniciativa como um "absurdo inconcebível e inadmissível". "A Embrapa não tem legitimidade e nem competência para tratar do tema. Não há nada na legislação brasileira prevendo isso. A iniciativa parece fazer parte da estratégia de deslegitimação da Funai, que é o órgão responsável por implementar os direitos dos povos indígenas. É mais uma resposta positiva do governo federal à pressão do setor ruralista, que tenta barrar os procedimentos demarcatórios".

A Agência Brasil solicitou à Casa Civil mais informações a respeito da iniciativa e ainda não recebeu uma resposta.

Prefeitos querem parar estudos antropológicos de terras demarcadas

SÍTIO FAMASUL, 07.05.2013

Em reunião na manhã de ontem, realizada na Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul), em Campo Grande, na qual foi discutida a situação atual dos municípios que respondem ao CAC (Compromisso de Ajustamento de Conduta), prefeitos e deputados elaboraram uma proposta de paralisação dos estudos antropológicos de terras demarcadas para encaminhar ao Senado.

De acordo com o prefeito de Iguatemi, José Roberto Felipe Arcoverde (PSDB), a proposta é de definir os processos demarcatórios que ainda não foram feitos antes de prosseguir com os estudos de outras áreas. Ainda conforme o prefeito, de seis bacias que estão sendo analisadas, somente uma foi publicada no Diário Oficial.

“Não queremos que nossos municípios sejam palco de massacre, e se prosseguirem com esses estudos antes de definir as demarcações já feitas, isso irá gerar ainda mais insegurança no Estado”, pontua José Arcoverde.



Prefeito de Iguatemi, José Roberto Felipe Arcoverde
(Foto: vanderlei Aparecido)

Iguatemi Peguá I, II e III ocupa o território de uma das seis bacias que estão em estudo antropológico.

Outra problemática apontada pelo prefeito é o desenvolvimento dos municípios com áreas demarcadas. “Já estamos perdendo investimento, se o governador trazer indústrias para o Estado, com certeza não se instalará em nenhum município demarcado, isso impede o crescimento, vamos nos tornar um corredor da miséria, ou seja, isso gera um impacto social que a gente nem consegue mensurar”, acredita José Arcoverde.

Para o prefeito de Iguatemi, o clima de insegurança gerado nos 26 municípios do Conesul foi criado pela Funai (Fundação Nacional do Índio), Cimi (Conselho Indigenista Missionário), MPF (Ministério Público Federal) e pelos antropológicos, que fomentam a guerra entre produtores rurais e indígenas.

“O índio hoje não quer somente a terra para ter a cultura de volta, pois ele quer ter qualidade de vida, inclusão social, então não adianta dar a terra se não der infraestrutura”, comenta José Paulo.

Em Iguatemi, cidade distante 466 quilômetros de Campo Grande, 2 hectares de terra do município estão invadidos por aproximadamente 60 indígenas, área que possui 40 mil cabeças de gado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 076 / 2013

Brasília, 08 de maio de 2013.

Para o prefeito de Tacurú, Paulo Pedra, o maior problema são os índios paraguaios, que migram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. "Com isso, diminui o espaço de terras e aumenta a demanda indígena a ser atendida", explica.

Porém, no município, a 332 quilômetros de distancia de Campo Grande, a situação é mais pacífica, apesar de a cidade estar com chances de ter 50% do território urbano tomado pelos índios. "Mas isso ainda não gera insegurança, sabemos que é um problema da União, todos os produtores rurais são titulados, se forem retirados de suas áreas, terão que ser indenizados", aponta Pedra.



Lideranças denunciam descaso da SEDUC com educação indígena e afirmam que secretária Isabel Luz é ditadora
SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 07.05.2013

Não basta apenas ter sala de aula. É preciso professores, merendeiras, zeladores, equipamentos. A merenda, quem faz é os pais e professores. A limpeza fica por conta dos alunos. Com a secretária Isabel Luz, a educação indígena sofreu um retrocesso e o governador Confúcio Moura (PMDB), precisa tomar uma atitude urgente”, desabafou Zacarias Gavião.



Revoltados com os desmandos e o descaso da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), lideranças indígenas se reuniram na tarde desta terça-feira (07) com o deputado estadual Maurão de Carvalho (PP), em seu gabinete na Assembleia Legislativa, para cobrar providências.

“Fomos procurados pelos líderes dos povos indígenas, que nos relataram uma série de problemas e o descaso com a educação indígena em Rondônia. Eles ainda manifestaram o seu descontentamento com a postura da secretária de Educação, Isabel Luz, a quem acusam de agir de forma desrespeitosa e ditatorial”, informou Maurão.

O presidente da Associação Karitiana, Antenor Karitiana; o professor e presidente da Organização dos Professores Indígenas de Rondônia, Zacarias Gavião; o representante do Conselho Nacional de Políticas Indígenas (CNPI), Wellington Gavião, e o conselheiro estadual de Educação, Antônio Puruborá, manifestaram o descontentamento das comunidades indígenas com a forma como vem sendo tratada a educação, dentro das aldeias.

“Não basta apenas ter sala de aula. É preciso professores, merendeiras, zeladores, equipamentos. A merenda, quem faz é os pais e professores. A limpeza fica por conta dos alunos. Com a secretária Isabel Luz, a educação indígena sofreu um retrocesso e o governador Confúcio Moura (PMDB), precisa tomar uma atitude urgente”, desabafou Zacarias Gavião.

CONT.



“Graças às ações erradas, ao desconhecimento e à falta de sensibilidade da secretária, estamos andando pra trás. É um retrocesso que tem prejudicado a todos os nossos estudantes e entristecido os pais dos alunos”, completou Wellington Gavião.

Antenor Karitiana foi além: “a secretária é uma ditadora. Ela não respeita ninguém e todos sofrem com as atitudes erradas dela. Se para ela, não somos lideranças dos povos indígenas, muito menos reconhecemos ela como uma autoridade. Além da falta de professores e profissionais para trabalhar nas escolas, o que tem gerado insatisfação entre os indígenas, a forma autoritária que a secretária tem conduzido as questões ligadas à educação indígena também gera insatisfações”, disse.

“As aldeias escolheram os executores, que atuam como uma ponte entre a comunidade indígena e a Seduc. Mas, a secretária não reconhece os nomes indicados e prefere nomear não-indígenas para essas e outras funções, quebrando uma norma legal e atrapalhando o processo”, afirma Antônio Puruborá.

Maurão de Carvalho se comprometeu a intermediar uma audiência das lideranças indígenas com o governador, que deve ocorrer na próxima semana, para que eles apresentem as reivindicações das comunidades. “Muitas vezes, o governador não tem conhecimento do que está ocorrendo e é importante que as lideranças possam relatar em detalhes os problemas na educação indígena em Rondônia e o descaso da secretária Isabel Luz com a situação”, completou o deputado.

Mais de 900 alunos aguardam ensino médio desde 2010

A falta de regulamentação das escolas indígenas tem impedido o acesso dos alunos indígenas ao ensino médio. No último levantamento nas aldeias, feito em 2010, verificou-se que mais de 900 alunos esperavam a implantação do ensino médio.

“Desde esse tempo, que aguardamos o ensino médio nas aldeias e nada é feito. Ao invés disso, a secretária Isabel Luz prefere perseguir os professores e lideranças que denunciam esse e outros descasos, relotando em regiões distantes”, completou Antônio.

Wellington Gavião acrescentou que “não podemos ficar de braços cruzados e por isso estamos nos mobilizando. A secretária não tem conhecimento da complexidade da educação indígena e nem sensibilidade com a causa. Além disso, ela desqualifica as lideranças e tenta impor suas vontades, sem ouvir ninguém”.

Os indígenas relataram que o projeto Açaí II está comprometido, prejudicando a formação continuada dos professores. “Isso se reflete na falta de profissionais nas escolas. O governador Confúcio tem uma postura correta, mas seu secretariado não obedece, infelizmente”, observou Antenor.



Boletim de Notícias - Edição nº 076 / 2013

Brasília, 08 de maio de 2013.

"Povos Indígenas e Justiça" é tema de Painel promovido pelo Departamento de Ciências Sociais e a Escola Superior de Advocacia da OAB

SÍTIO NOTÍCIA NA HORA, 07.05.2013

O Departamento de Ciências Sociais da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (ESA/OAB/RO) realizam amanhã, 8 de maio de 2013, o painel "Povos Indígenas e Justiça".

O evento contará com a participação do pesquisador, antropólogo e sociólogo holandês Edwin Boudewijn Reesink; do procurador da República (MPF/RO), Reginaldo Pereira da Trindade, e do professor da UNIR e diretor acadêmico da Escola Superior de Advocacia, Vinicius Valentin Raduan Miguel.

O painel acontecerá às 19h30 no auditório da OAB-RO, localizados à rua Paulo Leal, 1300, bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho.

Não é necessário fazer inscrição antecipada. Os participantes receberão certificado.



Denúncia de aplicação de métodos anticoncepcionais sem anuência da comunidade indígena Maxakali

SÍTIO CADEFES, 07.05.2013

Denúncia de aplicação de métodos anticoncepcionais pela SESAI sem anuência da comunidade indígena Maxakali em Minas Gerais

Denuncia por parte da FUNAI - CTL de Teófilo Otoni, da pessoa de Edes Nunes, sobre fatos da SESAI realizar procedimentos de aplicações de métodos de anticoncepcionismo nas aldeias Maxakali em Teófilo Otoni e Ladainha, nordeste de Minas Gerais.

O representante da coordenação regional da FUNAI, colocou que há tempo vem notando um desequilíbrio entre a taxa de natalidade e mortalidade entre os indígenas das aldeias de Ladainha, Aldeia Verde e de Topázio/Teófilo Otoni, Aldeia Cachoeirinha. No caso esta ocorrendo uma alta taxa de mortalidade e uma baixa taxa de natalidade.

Ao verificar estes diagnósticos o mesmo consultou alguns indígenas sobre este fato e os mesmo colocaram que as índias estavam usando um remédio para não ter filhos. O cacique Rafael Maxakali confirmou o fato.

O técnico Edes Nunes então consultou a própria Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI – e estes relataram que estariam aplicando anticoncepcionais, tal atitude teria sido tomada após consultar a representação dos caciques de cada aldeia.

Este fato esta sendo denunciado pela coordenação da regional da Funai, mas o mesmo colocou que e preciso de mais ênfase em tal caso.



Nota do povo Munduruku sobre violação do seu território sagrado no Pará
SÍTIO CEDEFES, 07.05.2013

Prezados (as) senhores (as) do Iphan e do Ministério Público Federal

Nós, caciques e lideranças do povo Munduruku, reunidos na aldeia Sai Cinza, município de Jacareacanga, Pará, entre os dias 23, 24 e 25 de abril do ano 2013, tivemos conhecimento de fatos transcorridos na cachoeira das Sete Quedas, rio Teles Pires, Estados do Mato Grosso e Pará, lugar sagrado para os Munduruku, para onde vão as almas dos nossos mortos, onde vive a Mãe dos Peixes e onde um dos nossos grandes guerreiros Muraycoko, pai da escrita, deixou registrada sua história para as gerações futuras do povo Munduruku.

Esses fatos preocupantes que recentemente chegaram ao nosso conhecimento dizem respeito a uma pesquisa arqueológica de licenciamento ambiental da Empresa Documento - Arqueologia e Antropologia, a serviço da Usina Hidroelétrica Teles Pires, em que foram achadas e retiradas de seu local urnas funerárias integrantes de um cemitério sagrado indígena do nosso povo, unanimemente reconhecido pelos nossos anciões e pajés Munduruku a partir do exame detalhado e coletivo de duas fotografias dessas urnas retiradas por um indígena Apiaká que chegaram ao nosso alcance. Situação esta agravada por não ter havido comunicação nem autorização de nosso povo para isto, que consideramos uma violação de nosso território sagrado e ancestral.

Diante do exposto, exigimos a imediata paralização da obra, especificamente dessa pesquisa arqueológica nas 7 Quedas, e, principalmente, a interrupção da retirada de nossas urnas funerárias e de quaisquer outras intervenções em nosso sítio sagrado arqueológico, até que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como o Ministério Público Federal acompanhados por uma comissão de caciques, lideranças e Pajés Munduruku apurem esses fatos que nós consideramos da mais alta gravidade e desrespeito para nossas tradições milenares e nosso patrimônio cultural.

Em nosso entendimento este lugar deve ser mantido intocável.

Assim, exigimos ao Ministério Público Federal do Mato Grosso e Pará, que é o nosso advogado e arbitra em nossa causa, que tome as providências cabíveis urgentemente, pois sabemos que nosso maior lugar sagrado já se encontra sendo destruído pelas obras da Usina Hidroelétrica Teles Pires, e com isso já estamos perdendo parte importante de nossa história de origem ancestral. Além disso, a violação de nosso cemitério sagrado representa um grande risco espiritual, cultural, social e ecológico, não só para os Munduruku, mas também para os parentes Apiaká e Kayabi, que semelhantemente consideram as 7 Quedas um lugar sagrado para eles, bem como, relevante para o patrimônio cultural e histórico da sociedade brasileira como um todo.

Assinam este documento caciques, lideranças, guerreiros e povo Munduruku



Piscicultura: Sedam agiliza processo de licenciamento para indígenas
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 07.05.2013

O trabalho está sendo realizado em parceria com a Emater e Funai

O Governo da Cooperação, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam), agiliza processo de licenciamento da atividade de piscicultura para a comunidade indígena da aldeia Laje Novo, município de Guajará-Mirim. O trabalho está sendo realizado em parceria com a Emater e Funai.

A diretora da Divisão de Recursos Pesqueiros da Sedam, Marli Lustosa Nogueira, junto com o diretor do Escritório Regional de Gestão Ambiental de Guajará Mirim, Adão Quintão, se reunirão segunda-feira (6) com a comunidade indígena para discutir os procedimentos que deverão ser adotados, tanto pela Secretaria como pelos indígenas para implantação da piscicultura.

Conforme explicou a bióloga Marli Lustosa, o projeto de implantação de tanques de peixe na aldeia Laje Novo tem como objetivo permitir e garantir renda sustentável para os moradores da comunidade, de forma em que eles mesmos possam promover o seu próprio sustento.

As atividades da Sedam nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré fazem parte do Programa Governo Perto de Você, que teve início na última sexta-feira (3), com a presença do governador Confúcio Moura, e termina sábado (11).

Para esta mobilização todas as coordenadorias da Sedam estão desenvolvendo atividades na cidade. Além da piscicultura, técnicos estão realizando o Cadastro Ambiental Rural (CAR); palestras nas escolas com foco no combate às queimadas; oficinas de reciclagem; vistorias nos planos de manejo florestal; e ainda, uma equipe de fiscalização que vai fazer um trabalho preventivo de combate ao desmatamento.



Coisa de índio?

SÍTIO FOLHA DE CAMPO GRANDE, 07.05.2013

O que vem ocorrendo na aldeia Porto Lindo, em Japorã, onde 40 pessoas foram mantidas reféns por 300 índios ao participarem do Programa Saúde Indígena, reflete perfeitamente que a grave questão da demarcação de terras no Estado vai muito mais além do que as intermináveis e cansativas reuniões entre produtores rurais, classe política e representantes dos índios. O caso é sério e o Governo Federal precisa intervir com soluções. Promessas e conversas só agravam o problema, até porque todos já sabem: "Argumento de burro é coice..."

Sensatez

Quem estava apostando que a vereadora Rose Modesto se arriscaria no ninho tucano para deixar a Câmara de Vereadores para tentar vaga na Câmara Federal, como pretende fazer Zeca do PT, pode ir tratando de recolher suas fichas. Demonstrando maturidade política e sensatez, Rose vai investir na reeleição do irmão Rinaldo Modesto na Assembleia e honrará os mais de dez mil votos que a transformaram na grande vedete das eleições municipais em Campo Grande. Já a candidatura de Zeca para deputado federal deverá ser assim: "Mais avulsa que tênis de Saci..."

Boa pergunta

No meio rural ainda há muita gente que não entendeu as razões que levaram a Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) e o Grupo Pão de Açúcar a manter, sob total sigilo, os valores da negociação efetivada em caráter de urgência no ano passado. Por que não revelar?



Corumbá intensifica vacinação contra gripe. Campanha vai até sexta
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 07.05.2013

A Prefeitura de Corumbá está disponibilizando nove unidades de saúde nesta reta final da Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza, que será encerrada na próxima sexta-feira, 10 de maio, exceto para o grupo de indígenas. Apesar dos problemas ocorridos com a falta da vacina na cidade, em virtude da perda de 18 mil doses causada por ato de vandalismo, a Secretaria de Saúde está confiante de que irá cobrir 100% dos grupos alvos.

"Recebemos mais vacina e estamos com dose suficiente para atender todos os grupos. A meta mínima estabelecida pelo Ministério da Saúde é de 80%. No entanto, estamos trabalhando para chegar a 100%", explicou o chefe do setor de imunização da secretaria, enfermeiro Wangley Campos Bento. Até a última atualização, ocorrida ontem, segunda-feira, Corumbá estava com 13.341 pessoas vacinadas, 67,66% da meta estabelecida que é de 16.786.

Hoje, o menor índice está no grupo das gestantes, com somente 39,27% de cobertura. De um total de 1.497, somente 710 foram vacinadas. Já trabalhador de saúde está com 1.504 imunizados, 60,40% da meta que é de 2.155.

Com relação a crianças de seis meses a menos de dois anos, Corumbá já vacinou 2.713, 75,01% de 2.994; puérperas com 278, 93,60% de 246, e idosos com 8.136, 71,73% da meta estabelecida que é de 9.729. Outro grupo, indígenas, a imunização acontece dia 13 de maio, na Aldeia Guató, com apoio de uma equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena. A meta é cobrir 165 pessoas.

Onde vacinar

Para quem ainda não foi imunizado, a Prefeitura disponibilizou nove unidades de saúde distribuídas em pontos estratégicos da cidade: Centro de Saúde da Ladeira, no período das 07 as 11 e das 13 às 17 horas; Gastão de Oliveira, das 07 as 11 e das 13 às 17 horas; Vitória Régia, das 07 as 11 e das 13 às 17 horas; Fernando Moutinho, das 07 as 11 e das 13 às 17 horas; Breno de Medeiros, das 07 às 11 horas; Nova Corumbá, das 13 às 17 horas; Enio Cunha, das 07 as 11 e das 13 às 17 horas; São Bartolomeu, das 07 as 11 e das 13 às 17 horas, e no Dom Bosco, no período das 07 às 11 horas.

Índios da aldeia Limão Verde reivindicam Casa do Artesão indígena
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 07.05.2013



O vereador Anderson Meireles, foi convidado pelas lideranças da Aldeia Limão Verde, para participar de uma reunião na manhã do último sábado, 04, onde foi solicitado apoio do vereador para a construção da Casa do Artesão Indígena na referida aldeia em Aquidauana. Na ocasião, foi entregue ao parlamentar, uma cópia do projeto.

Participaram da reunião o cacique Odir Cardoso Dias, a Assistente Social Fátima Ismael Lipú; professora Arlene de Oliveira, Pr. Flávio de Souza, Pr. Ciranio Sebastião, artesã Lucélia Barros, Pr. André Luiz Antônio – vice-presidente do Conselho Tribal, Ozéias Sebastião membro do Conselho Tribal; professor e escritor Arcenio Dias, Artesãs Alexandra Dias, Arriete Dias, Vanilda Santos Mendes e Israel Peixoto que também trabalha com artesanato indígena.

O sonho de ver construído a CAI - Casa do Artesão Indígena, é sentimento comum da comunidade local, que explicou ao vereador os benefícios dessa obra. Citaram que além de fortalecer a cultura, oportunizando que as futuras gerações também se empenhem em manter as tradições do povo terena, essa benfeitoria também vai gerar renda para as famílias beneficiadas.

A Assistente Social Fátima Lipu, disse que com a construção da CAI, as crianças, adolescentes e jovens, poderão participar de oficinas e treinamentos específicos do artesanato terena. Outra boa expectativa, será a exposição do material, atraindo turistas, uma vez que a diversidade do artesanato terena tem grande procura.

CONT.



Já o cacique Odir Cardoso, agradeceu o interesse do parlamentar, e disse ser essa uma luta que deve ter o engajamento de toda comunidade. "Sabemos das dificuldades, mas quando nos juntamos somos fortes, e com o apoio do vereador e de demais parceiros que virão, acredito que vamos ver esse projeto viabilizado", explicou o cacique.

O vereador Anderson Meireles, agradeceu a confiança da comunidade, em convocá-lo para ajudar nessa nobre missão. Disse ser um admirador da história de luta, persistência e bravura do povo terena, e que a CAI além de promover a cultura, irá preservar ainda mais viva suas tradições.

"Vamos buscar apoio sim, da iniciativa privada, dos nossos parceiros políticos, enfim, de todos que possam ajudar de forma positiva para essa construção, pois, acredito que esse projeto servirá de exemplo para outras aldeias. Podem contar com o nosso apoio e empenho", garantiu o vereador.

Todos que participaram da reunião, se manifestaram e falaram da importância da Casa do Artesão para a comunidade local. Algumas sugestões foram lançadas e que já serão colocadas em prática, até para envolver a comunidade.

Ficou definido que toda primeira sexta-feira de cada mês, começando já no mês de junho, dia 07, será realizada a Feira Indígena na sede da Associação de Moradores da Aldeia, com a exposição do artesanato indígena, comercialização da produção local, apresentações culturais, participação dos conjuntos de louvores das igrejas, praça de alimentação, entre outras atividades. Toda comunidade aquidauanense já está convidada para participar.